

**HABEAS CORPUS Nº 515.465 - SP (2019/0168240-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : PORFÍRIA APARECIDA ALBINO  
**ADVOGADO** : PORFÍRIA APARECIDA ALBINO - SP063431  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOAO ANTONIO TOLEDO FERREIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOÃO ANTÔNIO TOLEDO FERREIRA** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, no writ n. 2255654-27.2018.8.26.0000.

No presente recurso a Defesa alega, em síntese, que a "*decisão que determinou a suspensão do cumprimento da pena em regime semiaberto frente ao Paciente em razão de sindicância em seu desfavor, é nula de pleno direito, por ofensa a imutabilidade do acórdão como ecoa da coisa julgada, em sede de execução criminal, como dispõe com todas as letras o disposto no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal*" (fl. 10).

Aduz que, "*lado outro, em razão do V. Acórdão que manteve a decisão que determinou a suspensão cautelar do regime semiaberto, não cumprindo o venerando acórdão exarado nos autos da Apelação 0072554-91.2010.8.26.0224 é nulo de pleno direito e, não admite sanatoria por afronta aos dispostos no inciso XXXVI, e LVI, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e artigos 502 e 503, ambos do Código de Processo Civil*" (fls. 10-11).

Pugna, ao final, pela concessão da ordem, inclusive liminarmente, "*a fim de fazer cessar, incontinenti, a coação ilegal que o Paciente João Antonio de Toledo Ferreira está sofrendo, assegurando-se, assim e desde já, o processamento da presente medida e, a sua imediata remoção a estabelecimento prisional adequado ao regime semiaberto*" (fl. 17).

**É relatório.**

**Decido.**

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro **Felix Fischer**  
Ministro